

REFLEXÕES INICIAIS PARA PENSAR O CONCEITO DE REVOLUÇÃO PASSIVA NO GOVERNO LULA

Ana Karoline Nogueira de Souza/UFPB/CNPq
Cláudia Maria Costa Gomes/ UFPB/CNPq

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar, de forma breve, os resultados encontrados a partir do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica intitulado: “Um Balanço Crítico das Teses Centrais do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil”. Em seu decorrer, buscamos realizar uma análise acerca de como o conceito de Revolução Passiva foi abordado no universo categorial de Gramsci, bem como a particularidade em que esse processo ocorre na realidade brasileira. Desse modo, consideramos que o Neodesenvolvimentismo foi uma estratégia de Revolução Passiva utilizada nos governos Lula-Dilma, aos quais nos delimitamos nesse estudo, uma vez que não rompe com elementos presentes em outros modelos adotados no Brasil em governos anteriores, o que ocorreu na verdade foi apenas um reformismo

Palavras-chave: Estado; Economia Política; Capitalismo Brasileiro

Abstract

This article aims to present, briefly, the results from the Scientific Initiation Research Project entitled "A Critical Balance of Theses New-Developmentalism of Plants in Brazil." In his course, we seek to conduct an analysis on how the concept of passive revolution is addressed in categorical universe of Gramsci and the particularity in which this process occurs in the Brazilian reality. Thus, we believe that the neo-developmentism was a Passive Revolution strategy used in Lula-Dilma governments, which delimit in this study, since it does not break with elements present in other models adopted in Brazil in previous governments, which was actually it was just a reformism.

Key words: State; Political economy; Brazilian capitalism.

1. Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas e das discussões que estão sendo realizadas em torno do objeto de estudo: “Revolução Passiva, Neoliberalismo e Governos Lula-Dilma”, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPB, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo faz

interface com o projeto MCTI/CNPq/Universal, aprovado com apoio financeiro do CNPq, o qual se denomina O Neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula e assegura o estado da arte da pesquisa, bem como a construção de procedimentos teórico-metodológicos que viabilizem o conhecimento acumulado acerca do tema.

As discussões que vem sendo realizadas nas referidas pesquisas têm como foco a realidade brasileira, e se propõe a analisar a literatura atual sobre a era Lula, identificando que o legado das formas de reorganização da crise operadas pelas frações de classe da burguesia brasileira, pesa sobre o presente de uma forma bem mais substancial do que o fora em conjunturas anteriores. Particularmente, porque nessa quadra histórica, conta o apoio de um governo de novo tipo: “da coalizão burgo-petista na gerência da república” (NETTO, 2012).

Capturar esta particularidade é essencial na nossa pesquisa, o que nos coloca a necessidade de dialogar com uma linha de reflexão que expressa à análise sobre um programa de reformas na ordem do capital, que no nosso entendimento, aponta para uma perspectiva de análise gramsciana, tomando como pressuposto a revolução passiva, que como se sabe é um conceito abstrato que qualifica um tipo especial de regime.

Por aproximação sucessiva ao nosso objeto de estudo, buscamos apreender as contradições, que se apresentam nas relações entre o Estado, as frações de classe do bloco no poder e o governo Lula, numa perspectiva de confrontar elementos da economia política nacional com os interesses hegemônicos das frações de classe em presença. E que nos parece há particularidades sob o Lulismo, que na avaliação de Luz significa:

O lulismo – como fenômeno hegemônico gerido pelo lulo-petismo, dirigido pelo grande capital e respaldado por políticas sociais compensatórias que lograram a fiança eleitoral e aprovativa das classes subalternas – foi uma forma de adesão simpática à esquerda sem politização. No entanto, opera politicamente ao centro e à direita. Quando fala de si mesmo, mostra-se apenas como reflexo de um espelho invertido. A hegemonia lulista foi a forma política de internalização e generalização molecular do regime de acumulação neoliberal (2016, p.72). Isso deixa claro que o nosso objeto de pesquisa se coloca no centro da contradição que se apresenta nas relações entre o Estado na gerência do PT e as frações de classe do bloco no poder, os quais jogam um papel decisivo na ofensiva contra os

trabalhadores, e que só pode ser explicado através do transformismo que as forças progressistas comandadas pelo governo Lula implantaram.

Por aproximação sucessiva ao real, podemos inferir que tal processo representou a direção de um projeto hegemônico e a produção de um consentimento ativo das classes, o qual permitiu uma verdadeira “revolução passiva” nos termos de Gramsci (1982).

Uma das hipóteses subjacente à pesquisa está problematizada em torno dessa questão, mais particularmente voltada a saber se essa via de análise poderia explicar o programa de reformas na era Lula-Dilma. O que vai nos permitir capturar conceitos como: Estado, luta de classe, crise, reforma e partido da ordem, problematizando-os na conjuntura atual.

Para estudar os processos, as relações e as condições que decorrem as denominações analíticas do período – e ademais, pelo caráter desta pesquisa - optamos pela pesquisa teórica de tipo qualitativa, através da utilização das pesquisas bibliográfica e documental, como processos investigativos orientados em torno do objeto de estudo. Esse processo teve aporte teórico no materialismo-histórico dialético, bem como na crítica da economia política elaborada por Marx.

Para a pesquisa de iniciação científica referida, procuramos fazer uma análise dos estudos das obras gramscianas, como necessário a compreensão do contexto histórico e social que a Itália passava no período dos seus escritos. Mas também a influência de Gramsci na política Italiana, que não se deu pacificamente, mas buscava uma transformação social do lugar em que ele estava inserido, trabalhando inclusive a questão da cultura a partir dos seus apontamentos em jornais com a finalidade de conscientizar a classe trabalhadora para a sua libertação da dominação burguesa, bem como o contexto a partir do qual Gramsci pensou o conceito de Revolução Passiva.

O conceito de Revolução Passiva em Gramsci

Tendo em vista que a partir do fim da Revolução de 1948 teve início uma nova época de Revoluções Burguesas, a ascensão da burguesia italiana ao poder do Estado não passou pela fase revolucionária, por isto não foi necessário travar grandes lutas econômicas e políticas como ocorreu em outros países capitalistas. Desse modo, na Itália ocorreu um amoldamento a ordem ou mesmo um transformismo como foi denominado por Gramsci. Esse

modelo se tornou universal e a transição clássica como foi a Revolução Francesa, deixou de ser a forma padrão. Em concordância com Edmundo Fernandes Dias,

[...] O transformismo, prática política imortalizada [...], é a característica de um Estado que não foi produto da luta de uma burguesia economicamente definida como articuladora da produção. Esta desde sempre se assenhoreou o Estado e fez dele o sucedâneo da sua falta de combatividade na ordem capitalista internacional. Não tendo sido portadora de uma organização econômica e política revolucionária, essa burguesia limitou-se a ganhar as benesses que esse Estado poderia oferecer.” (2000, p:57)

A apropriação do Estado pela burguesia, sem que ocorra um processo revolucionário para este alcance, faz com que a referida classe mude o seu horizonte de luta por meio de uma adesão a ideologia pertencente ao Estado de forma passiva. Assim, ao invés de combater a “ordem social”, a burguesia tende à sua defensiva.

Nesse sentido, numa via contrária às adaptações geradas pela revolução passiva, o socialismo se coloca como uma proposta de saída que se concretiza com a derrubada da dominação burguesa pelo proletariado, no entanto é necessário liberdade. Como afirma Dias (2000), “Se a adaptação é a forma da integração na ordem, se para tanto é preciso abjurar os antigos princípios, então a cidadania é impossível e as ‘circunstâncias’ passam a ser o único parâmetro da realidade política. [...] É contra essa forma de fazer política que o partido socialista deve lutar.” (p: 59).

No entanto, como a burguesia italiana não possuía um partido político orgânico que representasse os seus interesses e não tinha uma linha político-ideológica clara e definida, o socialismo devia ser combatido juntamente com as lutas operárias, por isto o Estado fez uso da censura como estratégia de eliminar as ameaças à ordem burguesa. Por isto, os escritos de carcerários de Gramsci durante a ditadura fascista na Itália, foram submetidos à censura por serem considerados nocivos, obrigando-o a substituir os termos críticos por outras palavras de mesmo significado, a exemplo do termo “Marxismo” que foi substituído por “Filosofia da Práxis”.

O leitor que nos acompanhou até aqui, certamente já observou que a Revolução passiva não é aqui compreendida como um movimento no qual ocorre um momento insurrecional, mas é considerada como uma revolução-restauração. Na verdade, é permanente pelo transformismo, pois embora se altere elementos políticos, econômicos ou sociais em

alguns momentos, não há uma alteração de toda a estrutura. Assim, a Revolução passiva evita uma revolução burguesa clássica como ocorreu na França em 1789, por isso é considerada como uma revolução burguesa que se realiza dentro da ordem. Nas palavras de Del Roio,

[...] o conceito de revolução passiva no universo categorial de Gramsci está acoplado ao de revolução permanente, jacobinismo e guerra de movimento, como modo de ação política na época da revolução burguesa e de formação do estado nacional. A revolução passiva ocorre nas zonas de impacto e absorção passiva da revolução burguesa ou como fase de desenvolvimento da revolução permanente, quando se perscruta a transposição da própria revolução burguesa (2007, p. 5).

Conforme foi descrito pelo autor, a revolução passiva foi formulada enquanto categoria para contribuir com os processos particulares que ocorreram na Itália, seja o fascismo, seja o Risorgimento. Dessa forma, foi utilizada por Gramsci para explicar o americanismo-fordismo, e esse acabou sendo a maior expressão da revolução passiva.

Nesse sentido, ao invés da burguesia realizar uma derrubada do Estado de forma abrupta com uma Revolução no sentido de insurreição, haveria uma lenta tomada do poder de forma corporativa, por meio das instituições da sociedade civil e não pela força do povo mediante a participação da classe trabalhadora. Assim, essa forma de tomada passiva do poder estatal, difere-se da proposta marxista de revolução mais radical, como está expresso no Manifesto do Partido Comunista escrito por Marx em 1848,

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade remanescentes; não é de se espantar que, em seu desenvolvimento, rompa-se de modo mais radical com as ideias do passado. [...] Já vimos que o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia. (2008, p. 42, grifo nosso).

É justamente na concepção de transformação social que está centrada a particularidade do pensamento político de Gramsci, conforme foi descrito por Bianchi (2006), por meio da qual não haveria um choque frontal com o Estado. Desse modo, ao nos reportarmos para a realidade Brasileira, semelhante à ascensão burguesa na Itália, essa estratégia foi utilizada pelo Partido dos Trabalhadores.

O Estado enquanto instituição social que assegura a exploração de uma classe sobre as demais e se caracteriza como “[...] um comitê que administra os negócios comuns da classe

burguesa como um todo” (Marx, 2008, p:12), só é passível de ser eliminado com a proposta de revolução no sentido marxiano. Por meio da alteração para um novo modo de produção, que deita por terra essa instituição, contraditoriamente a proposta de Revolução Passiva.

Com base em Bottomore, a revolução no sentido marxiano, “[...] significava um salto cataclísmico de um Modo de Produção para o seguinte. Este salto seria provocado por uma convergência de conflitos: [...] entre as classes dominante e dominada [...] até que, ao nível da revolução socialista, a velha classe explorada e a nova classe dominante sejam a mesma coisa.” (2001, p. 324, grifo nosso).

Também se faz necessário explicitar que o conceito de revolução Passiva está diretamente imbricado aos conceitos de Estrutura e Superestrutura em Marx, que também podem ser denominadas de Base e Superestrutura. O sentido dessas categorias, conforme explicita Bottomore, [...] é[são] usada[s] por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infra-estrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura). [...] ‘organização social que nasce diretamente da produção e do comércio, a qual, em todas as épocas constitui a base do Estado e do resto da superestrutura das ideias. [...] O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral.’ A estrutura econômica não é , portanto, concebida como um conjunto dado de instituições, unidades produtivas ou condições materiais, mas antes como a soma total das relações de produção estabelecidas pelos homens ou, em outras palavras, das relações entre classes que, entre eles, se estabelecem”(2001, p. 27. grifo nosso).

No pensamento de Gramsci essas dimensões não estão separadas, como se uma estivesse paralela à outra. Contraditoriamente, estão diretamente imbrincadas e articuladas. Desse modo, o que acontece com o reformismo operado por uma Revolução Passiva, não é a alteração da base ou a estrutura econômica das relações de produção na sociedade, mas alteram-se alguns elementos no plano político-ideológico da superestrutura, por meio de uma revolução-restauração.

Como consequência, esse processo reflete até mesmo na capacidade de organização da classe trabalhadora que passa a ser limitada ao corporativismo. No seu horizonte de luta, as

pautas não são questões universais que envolvem todos os que pertencem a essa classe sem distinção, mas passam a ser segmentadas conforme a identidade das categorias profissionais. No cenário internacional, mediante a revolução informacional percebe-se simultaneamente o declínio de instituições representantes do movimento operário e da esquerda.

O processo de Revolução Passiva também está relacionado ao que Gramsci denominou de revisionismo, que conforme explicita Dias “[...] o revisionismo não é, apenas, uma luta de ideias, de concepções ideológicas” (2000, p. 25). Nesse sentido, não se caracteriza apenas por uma adesão a outra ideia contrária a sua, também pode significar uma adesão pacífica ao ideário da ordem, conforme ocorreu com os governos Lula e Dilma.

Nesse sentido, inferimos com Carlos Nelson Coutinho as características de uma revolução passiva: 1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, elementar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se assim modificações que abrem o caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização (COUTINHO, 2012, 120). Portanto, o nosso problema de pesquisa consiste em indagar à realidade sobre os fundamentos que reivindica a subsunção e passivização dos trabalhadores sob o governo Lula e investigar este fenômeno enquanto parte da dinâmica política no bloco social neoliberal no Brasil.

Reflexões iniciais acerca da Revolução Passiva à Brasileira

Gramsci tomou as revoluções como ponto de partida para discutir as possibilidades de solução da crise, tendo por base os acontecimentos históricos para a discussão do presente em que ele viveu. Do mesmo modo, aqui iremos fazer uso da categoria de Revolução Passiva para analisar a atualidade brasileira, uma vez que,

Retirado do seu contexto original e reformulado, o conceito de revolução passiva ganha uma amplitude muito maior e passa a ser instrumento de interpretação de acontecimentos contemporâneos, mantendo, entretanto, uma linha de continuidade: a modernização do Estado através de uma série de

reformas e guerras, procurando evitar assim uma ruptura revolucionária (BIANCHI, 2006, p. 43).

As análises gramscianas em torno da categoria supramencionada estão centradas na possibilidade de construir um Estado Moderno por meio de reformas. Nesse sentido, com o objetivo de evitar uma revolução, pode-se compreender que o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos Lula-Dilma, no plano ideológico caracterizado como o neodesenvolvimentismo, se impõe como forma de modernizar o Estado sem que haja uma ruptura revolucionária. Pois, as medidas Neoliberais são conservadas, mas agora com uma nova face voltada para o social.

Como já foi mencionado anteriormente, com a Revolução Passiva ocorrem apenas modificações proporcionadas pela alteração ou adição de novos elementos a uma realidade. Desse modo, ao analisar governos Lula-Dilma a partir dessa categoria, observa-se a utilização de estratégias paliativas que possibilitam a sua reprodução hegemônica sem alteração dos fundamentos atuais da sociedade e de forma que não atinja o poderio econômico e a hegemonia desses blocos no poder. Nesse sentido, a conjuntura brasileira nos últimos anos indica que houve uma série de reformas sem implicar numa radical ruptura das bases que lhe sustentam. O Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003 vem operando com uma estratégia política de uma transformação reformista, atuando de forma gradual e por dentro do Estado. Ao caracterizar o governo Lula, precisamente a partir de 2008, Carlos Nelson Coutinho, no artigo: A época neoliberal – revolução passiva ou contrarreforma? Ratifica de modo incisivo, que o PT aderiu ao projeto neoliberal, ao manter a política econômica herdada dos governos FHC. Em outro artigo intitulado, A hegemonia da pequena política afirma:

Infelizmente a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais, ou pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-coorporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (2010, p. 42).

Esse entendimento, é bem retratado nos escritos de Rodrigo Castelo, ao abordar o conceito de Revolução passivo. Nos Cadernos do Cárcere, o conceito de revolução passiva ou

de ‘revolução restauração’ é tido como um acordo firmado pelo alto entre as antigas e novas classes dominantes visando transformações na base econômica e na superestrutura político-ideológica que excluam as classes subalternas da participação ativa na vida Política. Ao mesmo tempo em que opera este estilo de transformação conservadora, que atua sob os desígnios de um Estado forte em detrimento de uma sociedade civil débil, os processos de revolução passiva fazem concessões – parciais e focalizadas – por conta da pressão espontânea e limitada dos dominados, naquilo que Gramsci intitulou de subversivismo esporádico e elementar. Em síntese, nas revoluções passivas se constata um misto de elementos renovadores e restauradores, fazendo emergir o novo enquanto perduram aspectos dos antigos regimes sociais (2012, p. 290-291)

Como Castelo mencionou na citação acima, no tocante à revolução passiva, no Brasil ocorreu fielmente como define o conceito. Desse modo, houve uma aliança entre as velhas e as novas classes dominantes pelo alto, sem uma alteração da base estrutural econômica da sociedade. Ademais, utilizou-se de concessões focalizadas para a população mais debilitada da sociedade civil, em razão da pressão exercida por parte dos dominados.

Observa-se também que a maneira em que o governo Lula implementa novos elementos para alcançar o desenvolvimento econômico do país, o faz de maneira reformista, aliando o nacional-desenvolvimentismo (representado pela agropecuária e pelo latifúndio nacional) e o neoliberalismo (representado pelas multinacionais e o capital estrangeiro aqui investido).

Nesse sentido, ainda foram adotadas algumas medidas para o atendimento a reivindicação imediata da classe trabalhadora de maneira paliativa, por meio das transferências de renda, de forma que não haja ameaça à Estrutura da sociedade. Assim, ao lançarmos olhar sobre a realidade, percebemos que Lula governou na busca da construção de consenso de classes, operando por meio das alianças, dos arranjos políticos e dos interesses das frações de classe no poder, por um lado, blindando a acumulação rentista dessas frações burguesas, e de outro, concedendo aos trabalhadores se alguns benefícios pontuais no âmbito de determinadas políticas sociais. No entanto, a aliança entre as velhas e as novas classes dominantes no Brasil, não ocorreu com a participação ativa da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Ao contrário dos últimos anos do século XX, quando houve uma forte

reação dos trabalhadores pela insatisfação com o neoliberalismo e pela reivindicação dos seus direitos, após a eleição de Lula houve um apassivamento desses segmentos.

Esse processo está intrinsecamente relacionado ao que Gramsci denomina de “Guerra de posição”, aqui considerada como uma estratégia utilizada para alcançar uma finalidade, por meio de um caminho mais longo a fim de garantir a continuidade no poder. Conforme explicita Coutinho, “[...] essa estratégia mais complexa e de longo alcance - e já aqui se insinua a ideia da ‘guerra de posições’ – tem seu centro na questão da hegemonia, na questão das alianças de classe.” (1981, p. 53). Também a análise de Del Roio, contribui para compreender esse processo:

[...] a guerra de posição é uma imposição das classes dirigentes na sua ofensiva contra as forças antagônicas, as quais, por sua vez, devem lutar nesse campo para minorar os efeitos da derrota, até que se acumule força suficiente para reverter a luta em guerra de movimento e revolução permanente, em revolução contra a restauração (2007, p. 8).

Dessa forma, o governo Lula realiza a revolução passiva quando a classe trabalhadora é obrigada a realizar uma guerra de posição. Essa estratégia é utilizada para que a classe trabalhadora não tome o poder, como é o caso de um “golpe” para impedir as forças antagônicas (classe trabalhadora). Esta classe, por sua vez, se passivizou e não se reconhece enquanto classe operária no sentido de classe para si. Aliás, a classe operária trava essa guerra de posição no âmbito político. O proletariado não vai à rua em defesa do capital como uma estratégia, mas em nome de interesses políticos. Utiliza a guerra com base em Maquiavel (1469-1527), porque é nesse momento que surgem novas táticas.

A ausência de iniciativa popular e de um consenso ativo não indica total passividade das massas populares e nem ausência total de consenso. O que de fato há é um subversivismo ‘esporádico, elementar e inorgânico’ que, pelo seu primitivismo, não elimina a capacidade de intervenção das classes dominantes, muito embora fixe seus limites e imponha a necessária absorção de uma parte das demandas de baixo, justamente aquelas que não são contraditórias com a ordem econômica e política. Cria-se, assim, o consenso passivo e indireto das classes subalternas (Bianchi, 2006, p. 47). Nesse sentido, se analisarmos o fenômeno do Lulismo no Brasil, pode-se perceber que há uma “guerra de posição” no sentido exato da aliança de classes, visto que se utiliza da estratégia de se unir a segmentos que representam o grande capital, bem como os latifúndios para se manter na hegemonia do poder. Cabe aqui destacar

que foi precisamente pela necessidade de compor uma base de sustentação governista que o projeto popular do PT foi desfeito. Com base numa análise Gramsciana, pode-se dizer ainda que esse processo também é uma particularidade da hegemonia lulista, que apresenta uma articulação entre o consentimento ativo das direções (absorvendo os setores mais organizados; sindicatos/movimentos), aqui já identificado de transformismo, com o consentimento passivo das classes subalternas (GOMES, 2015).

Esse processo de uma “modernização conservadora” muito se assemelha ao que ocorreu na Itália, no período do Risorgimento. Em concordância com Coutinho “[...] Excluindo as massas populares, renovando o país ‘pelo alto’[...] “Revolução-restauração”, indicar que ao desenvolvimento das forças produtivas, corresponde à conservação de elementos atrasados das relações sociais.” (1981, p. 54, grifos nossos).

Tendo em vista que o novo bloco no poder que se coloca por meio de uma revolução passiva exclui as forças populares e democráticas, ocorre exatamente o que aconteceu no Brasil no período designado como Lulismo. Desse modo, a ascensão do modelo Neodesenvolvimentista é marcada por uma redução ou eliminação das massas populares e da sua participação política. Nas palavras de Bianchi & Braga,

A variante lulista dessa revolução passiva incorporou a esse bloco hegemônico os setores da burocracia sindical que haviam se convertido em gestores dos fundos de pensão. O arranjo se mostrou muito mais abrangente e ao mesmo tempo resistente do que aquele que havia sido construído sob a direção de Fernando Henrique Cardoso.[...] A contrapartida estava na realização de Políticas sociais compensatórias que permitiam, por um lado, atender certas aspirações das classes subalternas e, por outro, ampliar a base social do Estado por meio da incorporação passiva destas ao arranjo político.(2015, p. 1, grifo nosso).

Como foi exposto pelos autores supramencionados, a “revolução passiva à Brasileira” que teve no Lulismo a sua maior expressão, aliou aos interesses do grande capital os setores da burocracia sindical. Desse modo, incorpora os sindicatos enquanto canais de mobilização e de representação dos interesses da classe trabalhadora. O qual também foi um meio de participação importante, embora institucionalizado, dos trabalhadores no período de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A aliança política estabelecida no período de FHC tornou-se mais abrangente e mais resistente no governo Lula, o que representa um aprofundamento das medidas e dos acordos

internacionais neoliberais que foram adotadas em FHC. Mas em Lula, contraditoriamente à FHC, ampliou-se o âmbito social por meio das políticas sociais compensatórias como respostas às exigências imediatas da classe trabalhadora e que não ameaça a hegemonia das classes dominantes, uma vez que aquelas são incorporados passivamente no arranjo político. Outra denominação analítica do período, que também está posta em cena e se constituiem como pista teórica importantes, é a tese da hegemonia-as-avessas cunhada por Chico de Oliveira (2007), que tergiversa com o personalismo recorrente de Lula, acentuando a anatomia política do período: “enquanto as classes dominadas tomam a "direção moral" da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada” (GOMES, 2015).

Percebemos assim, que este projeto defendido durante os governos Lula-Dilma, para além do objetivo de manter a governabilidade é uma estratégia de classe que visa sustentar e oferecer as condições necessárias para a continuação do projeto burguês, bem como a hegemonia do grande capital, projeto esse que não rompe com o neoliberalismo, mas o coloca numa nova fase, novamente capaz de diminuir a força e organização da classe trabalhadora. Assim, observa-se que nesse contexto, o Programa Bolsa Família (mas não somente) exerce uma tarefa fundamental para o processo de incorporação passiva da classe trabalhadora, e no âmbito mais geral, supomos que seja como uma estratégia ou acessório para as reformas empreendidas pelo capital para conservar a sua hegemonia e a “boa ordem”, já que os beneficiários do programa não irão às ruas ou as manifestações por medo de perder o benefício, passivizando-se.

Seguindo esse viés analítico, partimos do pressuposto, que o neodesenvolvimentismo se constituiu como uma restauração do neoliberalismo, sendo as transferências de renda um atendimento imediato das demandas da classe trabalhadora, também utilizadas como um apassivamento das massas no decorrer desse processo. Por isso, pode-se dizer que no governo Lula há a presença de uma Revolução Passiva, mas ainda não identificamos se a sua materialidade se dá como programa ou como uma estratégia do governo. Na experiência italiana Del Roio nos esclarece:

A revolução burguesa na Itália se manifestou como revolução passiva exatamente por não ter se formado uma expressão da vontade coletiva. O impulso para a formação de um Estado nacional não contou com o indispensável substrato popular e nem com um grupo político intelectual em condições de conduzir as massas. Na Itália prevaleceu o moderatismo e

a revolução passiva como programa. O transformismo, ou seja, a passagem de inteiros grupos intelectuais para o lado das classes dominantes, reforçando a sua hegemonia, foi o movimento preponderante, tendo-se preservado a subalternidade das massas populares (2007, p. 4, grifo nosso).

Tomando como referência essa avaliação, podemos dizer que o mesmo ocorreu no governo Lula: o transformismo assumiu a centralidade, operou-se com a grande política para a classe burguesa e a pequena política para a classe subalterna, colaborando para o reforço dessa condição inferiorizada. Desse modo, pode-se dizer que o neodesenvolvimentismo foi à pequena política realizada. A partir disso, pensamos na possibilidade da Revolução Passiva pela via do transformismo ou a Revolução Passiva como programa. Concordamos com a avaliação de Carlos Nelson quando afirma:

Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de transformismo, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política (2010, p. 42). Rodrigo Castelo diz assim, que “[...] de acordo com Carlos Nelson Coutinho, a adesão ao PT ao projeto neoliberal pode ser lida a partir do transformismo, processo típico das revoluções passivas de cooptação de lideranças das classes subalternas ao bloco de poder dominante” (2012, p. 298).

Na explicação de Del Roio (2007), após o socialismo de Estado se implementar em vários países, houveram tentativas de realizar uma revolução passiva com a fusão do nacionalismo e o neoliberalismo, a exemplo o Japão. Numa via contrária, no Brasil não houve um episódio de um socialismo de Estado por meio do qual se tenha vivenciado uma revolução socialista. Mas, pode-se dizer que houve indícios de revolução passiva também, com a junção dos modelos de desenvolvimento no estilo do Japão, sendo o nacionalismo (nacional-desenvolvimentismo) e o neoliberalismo (da época FHC), uma vez que houve um favorecimento ao agronegócio integrante da indústria nacional, ao mesmo tempo em que se preservaram relações de financeirização do capital, quebra das barreiras comerciais, etc. Porém, essa agenda política de desenvolvimento se diferenciou por conter uma nova face, mais voltada para o social.

No Brasil, a situação é que a população que é representada não se identifica mais com o projeto implementado pelos que dizem representá-los. E ao invés do governo atuar

diretamente em benefício dos representados, realiza alianças com os representantes para garantir a maioria no parlamento, aumentando a crise e a separação entre representantes e representados. Por isso, concordamos com Bianchi & Braga quando afirmam:

[...] O Partido dos Trabalhadores foi sempre incapaz de transcender o nível do classismo prático e, portanto, de apresentar um projeto que permitisse reordenar toda a sociedade a sua imagem. Quando chegou ao poder aferrou-se aquilo que já existia, procurando apenas aperfeiçoar o projeto existente (2015, p. 7, grifo nosso).

Os autores também apontam o fato de que o PT não foi capaz de apresentar ou implementar um projeto de sociedade que venha a ser igualitária, sem a distinção entre trabalhadores e burgueses, que não haja exploração de trabalhadores; bem como um projeto de sociedade que de forma revolucionária beneficiasse aos trabalhadores, já que o Partido que ora ocupa o poder central desse país é representante dessa categoria e deveria lutar pela efetivação dos seus interesses ou direitos.

No entanto, com base no argumento dos autores, o PT adequou o seu projeto de sociedade ao projeto que já estava posto, entendido aqui como o projeto neoliberal. Desse modo, o PT desenvolveu um projeto de governo mais voltado para o social ao fazer uso de políticas sociais compensatórias para os trabalhadores, transferindo renda entre a própria esfera do trabalho. Ao mesmo tempo há um aprofundamento do modelo que já estava posto no modo de governar, sendo incapaz de estabelecer um projeto revolucionário para mudar a sociedade.

Considerações Finais

Diante do exposto, o processo de apropriação do Estado pela burguesia sem a realização de um processo insurrecional que altere a estrutura da sociedade, é aqui considerado como uma revolução passiva, como foi descrito por Gramsci. Ademais, esse movimento ainda se caracteriza pela não participação da classe trabalhadora de forma organizada na luta por uma nova sociedade.

Embora a categoria Revolução Passiva em Gramsci tenha sido formulada para expressar os processos particulares que ocorreram na Itália, a exemplo do Risorgimento,

também pode ser utilizada para analisar a realidade vivenciada na atualidade por alguns países, como aqui analisamos o Brasil.

O processo de institucionalização a qual são submetidos os movimentos organizados dos trabalhadores influencia na cultura e na consciência, tornando as suas pautas segmentadas não se reconhecendo enquanto Classe. No caso dos Programas de Transferência de renda, esses servem como estratégia auxiliar ao transformismo operado pelos governos do Partido dos Trabalhadores. De forma que obtém o consenso dos trabalhadores, antecipando suas necessidades evitando um momento de revolução. Portanto, a revolução passiva torna-se possível na medida em que a classe trabalhadora assume uma posição pacífica, bem como pela inviabilidade da classe dominante obter um consenso ativo da classe trabalhadora por meio da concessão de algumas demandas que venham a ameaçar o seu poderio político.

Referências Bibliográficas

- BIANCHI, Alvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. Revista Crítica Marxista, São Paulo, v.23, n.23, 2006. p: 34-57.
- BIANCHI, A; BRAGA, R. Hegemonia e Crise: noções básicas para entender a situação brasileira. 2015. 10p.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. 634 p.
- CASTELO, Rodrigo. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. IN: BRAZ, Marcelo (Org.). Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p: 287-320.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Primeiras formulações do conceito de hegemonia. IN: Gramsci. Porto Alegre: L&M, 1981. (Fontes do pensamento político; v.2). p: 52-102.
- _____. Hegemonia da pequena política. In: Hegemonia às avessas (orgs.) Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibele Rizek. São Paulo, Boitempo, 2010. p. 29-46.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 2000. p: 13-79.
- GOMES, Cláudia Maria Costa. Um balanço crítico das teses centrais do novo desenvolvimentismo no Brasil. Projeto de Pesquisa. UFPB/CNPQ. João Pessoa, 2015. 13 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68p.
- ROIO, Marcos Del. A mundialização capitalista o conceito gramsciano de revolução passiva. São Paulo: UNESP, 2007. p: 1-25